



Ofício nº 085/2016-GAB/DPE

Porto Velho, 15 de março de 2016.

A Sua Excelência o Senhor

**GEORGE ALESSANDRO GONÇALVES BRAGA**

Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Av. Farquar, nº 2986, Complexo Rio Madeira, Curvo 2 Edifício Rio Cautário - 6º Andar, Bairro Pedrinhas

NESTA

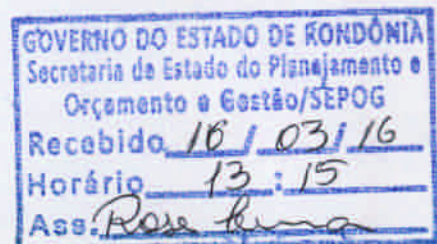
Assunto: **Encaminha informações de riscos fiscais para o exercício 2017 e suas providências.**

Excelentíssimo Senhor Secretário,

Com os nossos cordiais cumprimentos, em resposta ao Ofício nº 197/GAB/CPG/SEPOG, de 17 de fevereiro de 2016, encaminhamos por meio deste, as informações referentes aos riscos fiscais e suas providências relacionadas a esta Defensoria Pública, visando à consolidação do quadro demonstrativo de Riscos Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2017.

Atenciosamente,

  
**ANTONIO FONTOURA COIMBRA**  
 Defensor Público-Geral em Substituição



CRG  
 18.03.16  
 11:35  
 Bedno



17/03/2016  
DIREKTOR  
KEMENTERIAN  
PERTANIAN  
MELAYU  
KUALA LUMPUR

-A E R 51 56806, per  
pendaftaran.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2017

AMF – Demonstrativo X (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Impacto orçamentário-financeiro ocasionado por decisão judicial para ingresso de 15 defensores públicos substitutos, em virtude do término da validade do III Concurso Público para Ingresso na Carreira de Defensor Público (precedente do STF-RE 598099 MS, 10/08/2011, Relator Min. Gilmar Mendes)	5.550.000,00	Cancelamento de dotações orçamentárias a partir da limitação de empenhos e do contingenciamento de despesas discricionárias do Poder Executivo e/ou a partir da reserva de contingência.	5.550.000,00
Impacto orçamentário-financeiro ocasionado pela necessidade de incorporação ao orçamento da folha de pagamento dos membros da Defensoria Pública, do reajuste automático do mesmo percentual de aumento do subsídio concedido aos ministros do STF, estimado em 16,32%, sendo 7,6% a partir de abril/2016 e de 8,72% a partir de jan/2017, conforme Lei Complementar nº 737, 29/10/2013.	5.000.000,00	Cancelamento de dotações orçamentárias a partir da limitação de empenhos e do contingenciamento de despesas discricionárias do Poder Executivo e/ou a partir da reserva de contingência.	5.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>10.550.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>10.550.000,00</b>



AGPC

8/Conduct

W/Ag

← 21/07/2014

→